AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DANIELA TIMOTEO DE MAMEDE CLEMENTE

RESUMO

Este estudo aborda a Educação Infantil como um processo de formação humana, com o objetivo de compreender como essa educação contribui para o desenvolvimento das crianças. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, incluindo autores como Brandão, Oliveira, Aranha, Cambi e Charlot. O estudo discute a ideia de educação presente na vida humana desde os tempos antigos, que acontece em diferentes contextos e com concepções diversas. A escola é um desses espaços educativos, que surgiu com a complexificação da sociedade e a especialização do conhecimento. A Educação Infantil é uma instituição educativa que propõe uma educação para o desenvolvimento integral da criança, considerando-a como um ser completo e em um processo formador contínuo, desde os primeiros anos de vida até a idade de 6 anos incompletos. Entender a educação como uma prática social significa reconhecê-la como presente em todos os aspectos da vida cotidiana, em diferentes sociedades, contextos históricos e com concepções e modelos diversos. A educação é uma criação humana que surgiu para educar e humanizar o homem desde tempos remotos, e continua a evoluir e se adaptar às mudanças sociais e culturais.

Palavras-chave: Concepções; Desenvolvimento; Sociedade.

INTRODUÇÃO

A educação é um aspecto intrínseco à vida das pessoas, presente em todas as épocas da história humana, em diferentes sociedades, grupos e contextos culturais e sociais. Ela se manifesta em diversos espaços, como a família, a comunidade e a escola. A educação permeia todas as esferas da vida diária, desde as atividades mais simples até as mais complexas.

É importante entender que a escola não é o único lugar para se aprender. A educação é um fenômeno amplo, que não possui um único modelo ou concepção, e pode ocorrer de forma livre e espontânea, misturada às experiências da vida, ou de maneira planejada, sistemática e formal. A educação pode ter objetivos diversos, como ensinar ou doutrinar, emancipar ou tutelar, libertar ou dominar, dependendo dos seus objetivos. É assim que Brandão (1981) contextualiza as diferentes formas de educação, ou "educações".

De acordo com Brandão (1981), a educação é uma criação social e faz parte do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, assim como outras invenções culturais em sua sociedade. A educação é responsável por produzir e reproduzir o conhecimento que os homens de uma determinada sociedade aprendem e ensinam em diferentes esferas da vida e para diferentes grupos sociais que a compõem.

De forma dialética, a educação criada pelos homens educará os homens de acordo com o perfil necessário para cada sociedade ou grupo social. As civilizações foram construídas em torno da organização da vida material e da produção de bens, criando também uma organização social e um processo de educação e formação do homem. Os significados atribuídos e elaborados socialmente guiam as práticas sociais de cuidado e educação.

Ao considerarmos a educação como uma prática social, podemos compreender que a relação entre educação e formação humana é um processo contínuo, presente desde a existência humana e a sua humanização. A educação é fundamental na origem e na constituição do homem, cuidando da sua existência.

De acordo com Fernandes (2012), a educação é um modo de ser pelo qual o homem se auto constitui, encontrando a si mesmo no vigor de sua humanidade. Dessa forma, a educação vai além da escola e acontece nas comunidades da vida, visando cultivar a liberdade criadora do existir.

De acordo com Brandão (1981), a educação está intimamente relacionada à cultura e ao meio social em que o indivíduo está inserido, sendo o conhecimento transmitido de geração em geração por meio da cultura adquirida na família. Assim, a missão da educação é transformar os sujeitos e capacitá-los para viver em sociedade, como concebido por Freire, que destaca que a educação implica uma busca realizada pelo próprio indivíduo, sendo ele o sujeito de sua própria educação.

A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO HOMEM

Paulo Freire (1983) aborda a educação como um processo em que o homem é o sujeito de seu próprio aprendizado, sendo transmitido de geração em geração por meio da cultura. A educação, para Freire, é fundamental para que o homem possa se desenvolver e se humanizar. Nesse sentido, pensar na educação como um período de formação humana significa entender que o homem não nasce sabendo de tudo, mas sim aprende e se aperfeiçoa ao longo da vida. A educação, portanto, é um processo contínuo que contri-

bui para a formação integral do ser humano.

Durante o processo de apropriação do conhecimento, o homem atua de forma ativa e própria, transformando tanto a si mesmo quanto o meio cultural em que está inserido. Esse processo de aprendizagem é constante e é conhecido como formação humana, que envolve uma transformação consciente, ativa e suscetível a mudanças do homem ao longo da vida.

Para Brandão (1981), em todas as sociedades, há um modo de organizar esse aprendizado humano, visando operar a formação humana e produzir mudanças necessárias de acordo com os objetivos de cada grupo social. Desse modo, a educação é vista como um meio de transformação e desenvolvimento do homem.

Todos os povos sempre traduzem de alguma maneira essa lenta transformação que é a aquisição do saber deve operar. Ajudar a crescer, orientar a maturação, transformar em tornar capaz, trabalhar sobre domar, polir, criar, como um sujeito social, a obra de que o homem natural é a matéria-prima. (BRANDÃO, 1981, p. 24).

A noção de ajudar a crescer, aprimorar, desenvolver e moldar está presente quando se trata da educação de crianças, que estão em uma fase de formação, construção e constituição inicial na vida, e, portanto, precisam ser educadas. É possível observar que em todas as épocas, sociedades e grupos humanos, há um entendimento de que o homem precisa ser cuidado, preparado e formado para a sua própria existência e para a existência da sua espécie. Porém, as concepções sobre o homem são diversas, distintas e contraditórias.

Na trajetória do conhecimento sobre o homem, pode-se destacar três concepções teóricas diferentes que sintetizam uma compreensão de homem presente em vários sistemas teóricos. A concepção inatista, que pressupõe ser o homem possuidor de uma natureza humana a priori, sendo, o processo de formação humana apenas a atualização de sua essência.

Outra concepção é a ambientalista, que considera que o homem é uma "tábula rasa" e que sua formação depende das experiências que ele acumula diretamente no ambiente em que vive. Já a concepção interacionista entende que o homem não é um ser pronto e definido a priori, tampouco um ser completamente determinado pelo ambiente. Essa concepção considera o homem como um ser que se constrói e se constitui a partir de sua relação com o ambiente sociocultural.

As diferentes concepções sobre o homem têm implicações em como a educação deve ser conduzida. Essas ideias estão presentes nas teorias de educação que orientam a formação humana dos indivíduos em diferentes épocas históricas. A ideia de natureza humana, por exemplo, perpassa a construção do pensamento sobre o homem e a formulação das ideias de educação em diversos momentos históricos. Filósofos como Platão, Rousseau e Kant acreditavam que a criança deveria ser educada de forma a aflorar sua natureza humana e alcançar o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. No entanto, essa abordagem pode levar a uma educação de um homem abstrato, sem considerar a sua relação com o meio social e cultural em que está inserido. (CHARLOT, 2013).

A concepção de homem como um ser sócio-histórico implica em compreender que seu desenvolvimento é socialmente constituído e que seu processo educativo é mediado pelos membros de seu grupo cultural, visando sua formação como sujeito ativo e crítico. Ao longo da história, percebe-se que o projeto de formação do homem tem sido atribuído principalmente à escola, que perdeu seu sentido original da palavra grega "skholé".

A instituição escolar, em sua inserção histórica na sociedade, apresenta uma proposta de formação humana fundamentada em teorias de educação e tendências pedagógicas, que são construídas em um tempo histórico marcado por múltiplas determinações culturais, sociais, políticas, econômicas, tecnológicas, entre outras. Isso faz com que a escola seja um campo de interesse e disputa de vários setores sociais, que possuem diferentes objetivos para a formação humana, refletidos em seus princípios, objetivos, práticas pedagógicas, currículo e público atendido.

Atualmente, o avanço acelerado da tecnologia, ciência e mercado parece estar em oposição ao avanço da qualidade de vida humana e coletiva. A escola, como instituição de formação humana, tem enfrentado dificuldades em sustentar um projeto humanístico que valorize o sujeito e o bem comum para todos.

A CRIANÇA, O TEMPO E A EDUCAÇÃO

Com base na compreensão apresentada neste estudo de que em todas as épocas e sociedades existiram formas de educar as crianças, a discussão continua destacando aspectos relevantes que marcam e caracterizam a educação infantil em diferentes períodos históricos.

Ao abordar a educação na Antiguidade, é importante considerar como as crianças eram percebidas nessa época. Na Grécia Antiga, as crianças não eram frequentemente retratadas nas artes e, geralmente, eram pouco valorizadas pela sociedade.

o status da criança naquelas sociedades antigas era praticamente nulo. Sua existência dependia do poder do pai: se fosse

menina ou nascesse com algum problema físico, poderia ser rejeitada. Até o final da Antiguidade as crianças pobres eram abandonadas ou vendidas; as crianças ricas enjeitadas - por causa de disputas de herança - eram entregues à própria sorte. (COSTA, 2002, p. 2).

A criança nem sempre foi valorizada pela sociedade, e na Antiguidade, o status e o valor econômico da família determinavam o destino da criança. Elas eram criadas em casa com seus pais, mas aos sete anos, começavam a frequentar escolas fora de casa, acompanhadas por escravos chamados "pedagogos". Esses escravos instruíam e acompanhavam as crianças na maior parte do tempo, eram considerados mais importantes do que os mestres-escolas e desempenhavam um papel fundamental na vida da criança grega, transmitindo valores culturais de geração em geração. A relação com o escravo pedagogo era tão próxima que ele passava mais tempo com a criança do que seus próprios pais, como afirma Brandão (1981).

Os escravos pedagogos condutores de crianças eram, afinal, seus educadores, muito mais do que os mestres - escola. Eles convivam com a criança e o adolescente e, mais do que os pais, faziam a educação dos preceitos e das crenças da cultura da pólis. O pedagogo era educador por cujas mãos a criança grega atravessava os anos a caminho da escola, por caminhos da vida. (BRANDÃO, 1981, p. 42-43)

Os gregos utilizavam a palavra "Paidéia" para se referir ao que eles entendiam como "educação", ou seja, a formação harmoniosa do homem para a vida na cidade-estado (pólis), que envolvia o desenvolvimento integral do seu corpo e da sua mente. Como afirma Brandão (1983):

Aquilo que a cultura grega chama com pleno efeito de educação — Paidéia — dando à palavra o sentido de formação harmônica do homem para a vida da pólis, através do desenvolvimento de todo o corpo e toda a consciência, começa de fato fora de casa, depois dos sete anos. (BRANDÃO, 1981, p. 38).

A Paidéia reflete a preocupação dos gregos em oferecer uma educação completa, que englobava todos os aspectos da formação para a vida na cidade-estado (pólis), incluindo o aprendizado da língua grega, os fundamentos da matemática e a incorporação das regras sociais da pólis, entre outros conhecimentos. No entanto, é importante lembrar que a educação formal era restrita apenas aos meninos, sendo proibida para as meninas. De acordo com Aranha (2012), a educação iniciava aos sete anos, momento em que os meninos se desligavam da autoridade materna e iniciavam a alfabetização, a educação física e musical. (ARANHA, 2012, p. 87).

Na Grécia Antiga, a educação formal para meninos começava aos sete anos, quando eles frequentavam escolas fora de casa para aprender a ler, escrever e praticar educação física. Os gregos valorizavam muito a aparência física, buscando a perfeição do corpo aliada à mente, por isso desde crianças eles aprendiam esportes para desenvolver um corpo perfeito. Além disso, era importante aprender a arte da oratória para participar dos debates e assuntos políticos da cidade, como afirma Funari (2002).

Os rapazes, começavam o treinamento para o serviço militar. A caça, para eles, era um treino para a guerra, assim como as competições esportivas de que participavam. A educação dos rapazes consistia no conhecimento das letras, da poesia e da retórica, ainda que se pudesse seguir e continuar a instrução, com o estudo da Filosofia. (FUNARI, 2002, p. 43).

Os gregos acreditavam que a educação dos meninos deveria ser voltada à prática de competições esportivas e à preparação para a guerra. No entanto, para se tornarem fortes e habilidosos guerreiros, eles também eram instruídos em conhecimentos sobre política e letras, praticando a filosofia e a retórica como a arte de falar bem.

As garotas de famílias abastadas também tinham a oportunidade de aprender a tocar instrumentos musicais e a dançar. Na adolescência, as meninas participavam de cerimônias que as preparavam para o casamento, conforme mencionado por Tôrres (2001).

A ateniense casada vivia a maior parte do tempo confinada às paredes de sua casa, detendo no máximo o papel de organizadora das funções domésticas, estando de fato submissa a um regime de quase reclusão. (TORRES, 2001, p. 2).

Na Antiga Grécia, os meninos aprendiam sobre letras, filosofia e retórica para poderem participar dos debates políticos que aconteciam na cidade e discutir sobre o bom funcionamento da pólis. A retórica era valorizada, pois os meninos aprendiam a falar bem e a convencer as pessoas com argumentos sólidos. Essa educação tinha como objetivo formar futuros governantes e incutir neles um senso de responsabilidade e amor pela pátria, além de valorizar a prática de esportes para manter o corpo saudável e honrar os deuses em que acreditavam.

Dos 14 aos 18 anos, sua [dos meninos] educação baseava-se principalmente nos exercícios físicos, já que dos 18 aos vinte anos os jovens deviam prestar um tipo de serviço militar. O principal objetivo educacional ateniense era formar cidadãos capazes de defender a cidade e/ou cuidar dos assuntos públicos. (FUNARI, 2002, p. 44).

A vida pública em Atenas era de grande importância, e os homens desde a adolescência se preparavam para a vida na cidade-

-estado, dedicando-se tanto à ordem militar quanto à política, com o objetivo de proteger a cidade com a força militar e o uso de argumentos. Durante esse período histórico, ocorreram mudanças significativas nos campos econômico, social, político, religioso e na concepção e educação infantil.

Na Idade Média, a educação para o domínio da leitura e escrita era controlada principalmente pela Igreja. Na sociedade medieval, a Igreja possuía uma grande influência na vida das pessoas em termos políticos, econômicos e culturais. O conhecimento, nessa época, era obscurecido pelos ensinamentos da Igreja, considerados como a única verdade.

Os monges eram os únicos letrados, porque os nobres e muito menos os servos sabiam ler. Podemos então compreender a influência que a Igreja exerceu não só no controle da educação, como na fundamentação dos princípios morais, políticos e jurídicos da sociedade medieval. (ARANHA, 2012, p. 159).

Durante a Idade Média, as crianças eram entregues à Igreja para receberem uma educação cristã completa, já que os monges eram os letrados da época. A criança era vista como alguém inexperiente, incompleto e incapaz, e à medida que crescia e se tornava capaz de viver sem os cuidados de um adulto, era tratada como um adulto em miniatura e colocada em um status igual ao do adulto, conforme afirmado por Ariès (1981).

Essa concepção da criança como um adulto em miniatura revela a falta de compreensão que a sociedade medieval tinha sobre as particularidades da infância em relação à vida adulta. Isso resultava em uma igualdade de responsabilidades entre adultos e crianças quando estas já se tornavam independentes. De acordo com Costa (2002):

Os monges criaram verdadeiros —jardins de infância nos mosteiros, recebendo indistintamente todas as crianças entregues, vestindo-as, alimentando-as e educando-as, num sistema integral de formação educacional (COSTA, 2002, p. 4).

Tanto as crianças pobres quanto as ricas eram entregues à Igreja para receberem uma educação baseada nos valores cristãos estabelecidos. Na Idade Média, a população em geral não tinha acesso a um processo formal de educação, mas era possível notar diferentes níveis de aprendizado nessa sociedade rigidamente hierarquizada. Conforme afirma Aranha (2012):

Na Idade Média, as mulheres não tinham acesso à educação formal. A mulher pobre trabalhava duramente ao lado do marido e, como ele, permanecia analfabeta. As meninas nobres só aprendiam alguma coisa quando recebiam aulas em seu próprio castelo. Nesse caso, estudavam música, religião e rudimentos das artes liberais, além de aprender os trabalhos manuais femininos. (ARANHA, 2012, p. 173).

Na Idade Média, o acesso à educação era extremamente limitado e criterioso, e para as mulheres, em particular, era ainda mais difícil. A maioria das mulheres não tinha acesso à educação formal e permanecia analfabeta, pois era esperado que dedicassem seu tempo às atividades domésticas e familiares. Mesmo para as meninas nobres, havia uma diferença, pois embora recebessem educação no castelo, aprendiam apenas algumas habilidades básicas.

Durante a Idade Moderna, a sociedade passou por transformações significativas em termos econômicos, sociais e políticos, e emergiu um novo modelo de organização. Nesse período, a educação tornou-se um elemento central na formação do homem moderno, agora apoiado pela instituição escolar, que surgiu para atender às demandas desse novo tempo, com base na razão.

A atitude da Igreja foi vista como um obstáculo para o avanço da ciência, pois com o crescimento do comércio, das cidades e da população, a educação deixou de ser vista apenas como uma realidade cristã e passou a ser abordada na perspectiva humanista, em que a razão era o centro do pensamento. A educação passou a ser transmitida por mestres, e não apenas pelos ensinamentos cristãos.

Durante a Idade Contemporânea, houve avanços significativos na economia, na política e na sociedade, e conflitos mundiais impactaram a história, gerando reflexões sobre a forma de pensar a infância e sua educação.

No século XIX, a educação passou a ser formalizada por meio da escola. A escola assumiu a responsabilidade de transmitir às crianças valores de civilidade, criando assim uma conexão entre a criança e a instituição escolar, como afirma Veiga (2002).

No século XX, o processo de modernização e industrialização vivido pela sociedade brasileira teve um grande impacto no aumento da população nas cidades e no aumento das desigualdades e pobreza, agravando a situação da infância pobre. Ao mesmo tempo, essa infância pobre, marginalizada, passou a ser vista como um problema de segurança nacional pelas políticas do governo militar.

Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram mudanças significativas no campo dos estudos sobre as concepções de infância, nas políticas de atenção a esse segmento e nas ações de atendimento. Houve uma mudança conceitual, passando do termo “menor” e seus adjetivos para o conceito de criança e adolescente como sujeitos de direitos, como afirmam Santos et al.

(2009).

Inaugura-se a concepção da criança como sujeito de direitos, rompendo com a categoria menor„ e inserindo a criança pobre na concepção de infância„, sem adjetivos pejorativos. (SANTOS, et al., 2009, p. 60)

Um novo modelo de atenção à criança e ao adolescente começou a ser desenvolvido, baseado na concepção de que a criança é um sujeito de direitos. Esse modelo também se apoiou na ação educativa por meio de uma pedagogia dos direitos, e em políticas que garantem direitos para promover a cidadania e a emancipação desses sujeitos.

A FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil desempenha um papel fundamental na formação humana, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança em aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

A Educação Infantil foi oficializada como a primeira etapa da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), voltada para crianças de 0 a 6 anos incompletos. Nessa etapa, a criança começa a descobrir o mundo por meio de interações com pessoas e o ambiente, vivenciando situações que a levam a aprender e experimentar. Segundo Kuhlmann Jr (1998):

[...] se a criança vem ao mundo e se desenvolve em interação com a realidade social, cultural, é natural, é possível pensar uma proposta educacional que lhe permita conhecer este mundo, a partir do profundo respeito por ela. Ainda não é o momento de sistematizar o mundo para apresentá-lo à criança: trata-se de vivê-lo, de proporcionar-lhe experiências ricas e diversificadas. (KUHLMANN JR., 1998, p. 57).

De acordo com o teórico mencionado, a Educação Infantil é importante porque garante à criança o direito de experimentar diferentes formas de interação, vivências e experiências, ser respeitada e expressar seus pensamentos e opiniões. Nessa etapa, a criança tem acesso a diversos conhecimentos e bens culturais, o que possibilita que ela atribua significado a si mesma e aos outros, ampliando suas visões de mundo. É na Educação Infantil que a criança experimenta aprendizagens fundamentais para sua formação.

O documento intitulado "Parâmetros Curriculares Nacionais de Qualidade da Educação Infantil" (2006) prevê orientações sobre o trabalho a ser desenvolvido nas instituições de Educação Infantil, incluindo:

na instituição de Educação Infantil são perpassadas pela função indissociável do cuidar/educar, tendo em vista os direitos e as necessidades próprios das crianças no que se refere à alimentação, à saúde, à higiene, à proteção e ao acesso ao conhecimento sistematizado. (BRASIL, 2006, p. 17).

Na Educação Infantil, as ações de cuidar e educar são integradas e não podem ser separadas em nenhum momento. É um direito da criança vivenciar dentro da instituição de ensino os cuidados básicos do lar, como higiene e alimentação, além de ter a oportunidade de aprender e adquirir conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil exige um olhar cuidadoso, uma postura investigativa e reflexões constantes sobre a criança. Essa etapa está intimamente ligada aos conceitos de cuidar e educar, que são fundamentais para a formação infantil. Cuidar e educar significam compreender que o direito à educação começa com a formação da pessoa e que a instituição de ensino, como espaço de formação, deve oferecer meios para que as crianças tenham contato com um mundo novo e diverso de possibilidades de aprendizagem, diferente do que elas vivenciam em casa.

A Educação Infantil é uma etapa importante da Educação Básica que desempenha um papel fundamental no processo de formação humana da criança, por meio dos conceitos de cuidar e educar, interações e brincadeiras. Essa etapa é um espaço formativo que promove aprendizagens, vivências e experiências significativas, respeitando a criança como sujeito sócio-histórico e de direitos, incentivando o diálogo com a família e buscando soluções para a sociedade, além de fomentar discussões sobre a prática pedagógica.

Na Educação Infantil, há uma compreensão de que a educação da criança ocorre em um sentido amplo, que não se limita a um processo escolarizante. A Educação Infantil é uma instituição que tem uma proposta comprometida com o desenvolvimento integral da criança, assumindo a responsabilidade de formar o homem em sua totalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. História da educação. São Paulo: Moderna, 2012.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2006.

Disponível em: http://portal.mec.

gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.p df. Acesso em: 16 jun. 2023.

FERNANDES, Marcos A. Skhole: o sentido fundante da escola. In: COÊLHO, Ildeu M. (Org.). Escritos sobre o sentido da escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Trad. Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983. Disponível em: https://construindoumaprendizado.files.wordpress.com/2012/12/paulofreireeducacaoe-mudanca-desbloqueado.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

FUNARI, Pedro Paulo. Grécia e Roma. São Paulo: Contexto, 2002.

KUHLMANN JR., M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Àlegre: Mediação, 1998.

SANTOS, B. R. et al. Desenvolvimento de paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros. In: SANTOS, B. R. et al. (Org.). Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica. (sécs. V e IV a.C.). Mirabilia: electronic journal of antiquity and Middle Ages, [en línea], n. 1, pp. 48-55, 2001. Disponível em: https://raco.cat/index.php/Mirabilia/article/view/283713. Acesso em: 16 jun.

2023.